



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

MILENA SANTOS DA SILVA

**DOCÊNCIA EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
Um olhar sobre a Formação de Professores no Curso de Pedagogia do DEDC I /
UNEB**

**SALVADOR
2025**

MILENA SANTOS DA SILVA

**DOCÊNCIA EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
Um olhar sobre a Formação de Professores no Curso de Pedagogia do DEDC I/
UNEB**

Artigo apresentado à Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

**SALVADOR
2025**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Danilo Batista de Oliveira

Orientador (a)

Prof. Dra. Sandra Regina Rosa Farias

Avaliadora interna

Prof. Ms. Carina Pimentel Souza Batista

Avaliadora externa

SALVADOR
2025

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria, e à minha irmã, Monike, responsáveis pela minha formação e pelos meus princípios. Meu diploma é para elas. Além disso dedico aos meus avós maternos (in memória) Regina e Gabriel, ambos são motivos de orgulho na minha vida e história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar comigo durante todo esse processo, sempre me sustentando e dando forças, principalmente nos momentos de tribulação. Estendo esse agradecimento a Nossa Senhora, que sempre intercedeu por mim e me cobriu com o seu manto misericordioso.

Agradeço à minha mãe, Maria das Graças Santos da Silva, a mulher que é o meu maior orgulho e inspiração. Esteve comigo durante todo o meu processo formativo, acreditou em mim quando eu não acreditava, rezou todos os dias e, junto com Nossa Senhora, intercedeu por mim. Foi meu pilar ao longo da vida e, especialmente, durante minha trajetória universitária. Meu diploma é para ela, que abriu mão de si mesma e se cansou para que eu fosse priorizada e descansada. Amo-a muito, hoje e por toda a eternidade.

Minha irmã Monike também merece meu profundo agradecimento. Esteve sempre ao meu lado, incentivando-me e auxiliando-me. Orgulhou-se de mim desde o primeiro dia na universidade, sendo minha conselheira e ouvinte. Agradeço a ela por tudo, por tanto, por ser a minha pessoa no mundo e o meu alguém especial.

Deixo ainda meu agradecimento à minha irmã Karina, que, além de confidente, foi uma excelente conselheira. Sou grata também à minha família, a Família Silva, que é, sem dúvida, a melhor família do mundo. Eles foram responsáveis pelos momentos mais felizes e incríveis da minha vida.

Aos meus amigos, que são muitos para citar, expresso minha gratidão por ouvirem minhas reclamações e me apoiarem. Alguns estão comigo desde antes da universidade; outros chegaram depois. Não sei se mereço tanta amizade, mas sou extremamente grata e abençoada por tê-los em minha vida.

Quero deixar um agradecimento especial à minha amiga Bárbara Jeniffer, uma das grandes inspirações que tenho. Ela me apoiou em todos os momentos e diferentes etapas da minha vida, e no decorrer deste trabalho não foi diferente. Bárbara nunca deixou de acreditar em mim ou no meu potencial. É, sem dúvida, uma das pessoas que mais me inspira a acreditar na educação brasileira.

Além dos agradecimentos pessoais, reconheço a importância das experiências profissionais vividas ao longo dessa trajetória. Durante o estágio não obrigatório, tive o imenso prazer de acompanhar duas crianças que inspiraram diretamente este trabalho. Por meio delas, me apaixonei pela área da Educação Inclusiva e passei a defender com mais convicção a importância da formação de professores. Eles são crianças mais incríveis do mundo, e sinto-me abençoada por tê-los conhecido. Os aprendizados que tive com eles ficarão para sempre guardados na minha memória e no meu coração. Obrigada, meninos, amo vocês eternamente.

Por fim, agradeço ao meu orientador, João Danilo, que me auxiliou de forma delicada e solícita durante todo o processo. Esteve ao meu lado em momentos difíceis, sempre me acalmando e apoiando quando necessário.

Todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças.

(Mantoan, p. 25, 2003)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo compreender, sob a ótica de professores especialistas na área de educação inclusiva, a formação inicial dos estudantes do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação – Campus I – da Universidade do Estado da Bahia, bem como sua percepção acerca dos desafios e possibilidades enfrentados para a atuação docente desses futuros professores na Educação Básica, na perspectiva da educação inclusiva, promovendo um ensino que atenda a todos os estudantes, especificamente com o público-alvo da educação especial, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, na rede de ensino comum regular. A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, caracterizando-se como uma pesquisa exploratória do tipo estudo de caso. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professoras pesquisadoras especialistas na área de educação especial e inclusão, que atuam na formação dos estudantes do curso. Essa etapa buscou compreender como esses docentes avaliam a relação entre a formação ofertada pelo curso e as expectativas relativas à atuação dos discentes nas classes de ensino regular. As entrevistas foram transcritas e analisadas por meio do software Iramuteq, utilizando-se técnicas de análise textual e análise temática de conteúdos, sendo elas o Diagrama de Zipf, a nuvem de palavras e a análise hierárquica descendente, para compreender os eixos mais abordados pelas entrevistadas. Os resultados evidenciaram avanços na formação ofertada, como a presença das disciplinas de Educação Especial e Inclusiva e Libras, mas também apontaram desafios a serem superados, principalmente a base formativa. Conclui-se que, apesar das lacunas identificadas, a formação inicial apresenta potencial, desde que seja acompanhada por ações que ampliem o processo formativo. Os resultados apresentados nessa pesquisa visam oferecer subsídios para debates acerca da formação inicial dos professores, especificamente do Curso de Pedagogia na vertente da inclusão.

Palavras – chave: Educação Inclusiva, Formação de professores, Docência na Educação Básica.

ABSTRACT

The present study aimed to understand, from the perspective of specialists in inclusive education, the initial training of students in the Pedagogy Course at the Department of Education – Campus I – of the State University of Bahia, as well as their perception of the challenges and possibilities faced in preparing these future teachers to work in Basic Education, with a focus on inclusive education, specifically targeting the special education audience in the regular education system. The methodology adopted was qualitative, characterized as exploratory research in the form of a case study. Semi-structured interviews were conducted with professors and researchers specializing in special education and inclusion, who contribute to the training of students in the course. This stage sought to understand how these educators assess the relationship between the training provided by the course and the expectations regarding the students' performance in regular education classrooms. The interviews were transcribed and analyzed using the Iramuteq software, applying textual and thematic content analysis techniques. The results highlighted progress in the training offered but also pointed to challenges that need to be addressed. It is concluded that, despite the identified gaps, the initial training demonstrates potential, provided it is accompanied by actions that enhance the formative process.

Keywords: Inclusive Education, Teacher Training, Teaching in Basic Education

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Diagrama de Zipf das entrevistas	24
Figura 02 – Nuvens de palavras das entrevistas	25
Figura 03 – Análise Hierárquica Descendente	26
Figura 04 – Análise Hierárquica Descendente com palavras	26

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PERCURSO METODOLÓGICO	14
3	BASE TEÓRICA	16
3.1	Educação Inclusiva, uma conquista que não permite retrocessos, e sim garantida de direitos	16
3.2	Educação Inclusiva no Brasil e a Formação Docente como pilar para a Equidade	18
3.3	Não é possível postergar mais, formar professores para a docência inclusiva	20
4	(IN)FORMAR PEDAGOGOS NO CURSO DE PEDAGOGIA DO DEDC I, DA UNEB, PARA DOCÊNCIA INCLUSIVA	22
4.1	Contextualizando o Curso de Licenciatura em Pedagogia do DEDC I, da UNEB	22
4.2	Os professores especialistas que atuam no curso, aproximando a lupa de informantes chaves	23
4.3	Organizando dados, construindo análises com o apoio do <i>Software Iramuteq</i>	23
4.4	Os desafios e as possibilidades para formação docente numa perspectiva inclusiva no curso de Pedagogia do DEDC I: ótica das entrevistadas	28
	A GUIA DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS	32
	APENDICE 1 – FICHA DE REGISTRO	34
	APENDICE 2 – ROTEIRO DA ENTREVISTA	36
	ANEXO 1 – TERMO DE CONSCIENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	37

1 INTRODUÇÃO

Nossa sociedade brasileira passa por profundas transformações que não podem ser ignoradas por nenhuma instituição democrática. Não por acaso, em nossas escolas, temos testemunhado, nas últimas décadas, o aumento da matrícula dos estudantes público-alvo da educação especial. Os dados fornecidos pelo Censo Escolar de 2023 indicam que o número de matrículas na educação especial ultrapassou 1,7 milhão de pessoas. Além disso, os dados revelam um aumento significativo nos últimos anos, com um crescimento de aproximadamente 41,6% entre os anos de 2019 e 2023 (MEC, 2024).

Com o aumento de matrículas surgem também o crescente interesse em favor da inclusão destes estudantes, pessoas com deficiência, com altas habilidades/superdotação e educandos com transtornos globais do desenvolvimento. Neste sentido, cada vez mais a Escola de Educação Básica é considerada um espaço decisivo para garantia de aprendizagens e para contribuir na construção de uma consciência crítica que valorize a diferença e diversidade humana, e que ainda contribua no desenvolvimento de práticas pautadas nos direitos humanos.

Se a presença destes estudantes nas Escolas tem interrogado as mesmas e colocado sobre avaliação suas práticas pedagógicas, nos perguntamos, tem a formação inicial de professores se organizado para dar conta da formação de uma nova geração de professores capazes de ao exercerem a Docência na Educação Básica, em consonância com a aquisição de diretrizes, orientações pedagógicas e instrumentos que consideramos fundamentais para uma docência inclusiva, que reconheça o direito, valorize a diversidade, garanta aprendizagens dos estudantes? Estamos formando uma nova geração de docentes que atuem em uma perspectiva inclusiva?

A educação inclusiva contrapõe-se ao modelo educacional tradicional, propondo mudanças nas políticas e práticas pedagógicas para garantir a participação de todos os alunos no ensino regular (Neto et al., 2018). Esse modelo, respaldado por documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994), busca promover igualdade de oportunidades, equidade e respeito à diversidade, valorizando as diferenças individuais como parte essencial do processo educativo (Mantoan, 2003).

No Brasil, a educação inclusiva já é plenamente assegurada nos documentos legais e naqueles específicos da área de educação, no entanto muitos ainda são os desafios para a instituição de um sistema educacional inclusivo, entre estes desafios está a formação inicial e continuada dos professores. Do ponto de vista legal, a educação inclusiva está embasada em legislações como a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)¹, que asseguram o direito à educação de qualidade para pessoas com necessidades educacionais específicas.

Nesse contexto, o papel das licenciaturas é central, especialmente em cursos como o de Pedagogia, que formam profissionais diretamente responsáveis pela implementação de práticas inclusivas e de construção de sistemas, redes e escolas inclusivas. A formação inicial desses futuros pedagogos deve não apenas abordar conteúdos específicos sobre inclusão, mas também oferecer experiências que os preparem para lidar com a diversidade nas salas de aula. Essa formação caminha na construção de posturas e na produção/aquisição de saberes técnicos, pedagógicos e ético-políticos em relação à diferença/diversidade humana, seus saberes e das aprendizagens de cada estudante, matriculados nos diferentes níveis, etapas e modalidades da educação, numa perspectiva anticapacitista.²

Este estudo investiga como professores/pesquisadores especialistas na área de educação especial e inclusão, com diferentes recortes temáticos, que atuam na formação dos estudantes (pedagogos em formação) do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação (DEDC I) da UNEB avaliam a relação entre a formação oferecida e as expectativas de atuação destes pedagogos em contextos inclusivos, com foco na escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial em escolas regulares.

Os objetivos deste trabalho incluem: a) Identificar como professores especialistas avaliam a formação dos estudantes do Curso de Pedagogia do DEDC I da UNEB para atuação numa perspectiva inclusiva; b) Mapear os avanços, o estágio atual e os desafios dessa formação, segundo a ótica dos especialistas; e c) Analisar em que

¹ Lei n° 13.146, de 9 de julho de 2015

² O capacitismo é uma forma de preconceito contra pessoas com deficiência, baseada na ideia de inferioridade desses indivíduos em relação aos padrões considerados "normais". Autores como Diniz (2012) e Mello e Nuernberg (2019) destacam que sua superação exige posturas que valorizem a diversidade humana e combatam práticas excludentes.

medida existe simetria entre o perfil de atuação esperado das(os) egressos da graduação em Pedagogia e as experiências formativas ofertadas.

Adotando uma abordagem qualitativa, o estudo busca compreender as percepções de professores especialistas em educação inclusiva, relacionando-as às diretrizes formativas do Curso de Pedagogia da UNEB. Assim, pretende-se apontar caminhos para aprimorar o processo formativo, contribuindo para uma educação inclusiva mais efetiva e alinhada às demandas contemporâneas.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Adotamos para a pesquisa uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender os desafios enfrentados na formação de estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus I, sob a perspectiva da Educação Inclusiva, a partir da ótica de professoras especialistas em educação inclusiva que atuam como docentes do Curso. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa busca aprofundar a compreensão de fenômenos sociais, explorando e interpretando as experiências e percepções de sujeitos pertencentes a um grupo social específico. Neste caso, elegemos como informantes-chaves professores/pesquisadores da área de educação e educação inclusiva que atuam diretamente no Curso.

Do ponto de vista dos objetivos do estudo, é uma pesquisa exploratória, do tipo estudo de caso, com o campo empírico delimitado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em particular ao Departamento de Educação (DEDC I). O DEDC I abriga o Curso de Pedagogia, que visa formar educadores para atuar com compromisso social nas Escolas de Educação Básica. A escolha desse Curso e Departamento justifica-se pela relevância de seu papel na formação docente. De acordo com Gil (2007), o estudo de caso consiste em uma investigação aprofundada de uma entidade claramente definida, permitindo uma compreensão detalhada de suas particularidades.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com três (03) docentes do Curso de Pedagogia da universidade, visando à compreensão do processo formativo dos estudantes. Conforme Gerhardt e Silveira (2009), a entrevista é um instrumento que permite a obtenção de dados não documentados e, no formato semiestruturado, apresenta um roteiro temático que orienta a coleta, permitindo flexibilidade na exploração do tema estudado. As entrevistas tiveram, em média, duração de 30 minutos por docente e foram conduzidas com base em um roteiro pré-estabelecido contendo cinco perguntas (material disponível no apêndice).

A seleção dos docentes entrevistados foi realizada com base em sua atuação no campo da Educação Inclusiva e à docência no Curso de Pedagogia do DEDC I em análise. Os professores foram indicados pelo Colegiado do Curso como especialistas na área. Após o primeiro contato, os docentes que concordaram em participar da pesquisa

assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme documento em anexo. Por outro lado, não foram considerados no momento aqueles que não atuam diretamente na área de Educação Inclusiva e/ou os que não consentiram em participar mediante assinatura do TCLE.

Ao término das entrevistas, as respostas foram integralmente transcritas e organizadas, constituindo textos específicos para cada entrevista. A análise dos dados coletados foi realizada com o auxílio do *Software Iramuteq*. De acordo com Camargo e Justo (2013), o *Iramuteq* possibilita a execução de diferentes tipos de análises textuais, permitindo uma exploração aprofundada e sistemática das informações obtidas. As entrevistas foram organizadas de acordo com as diretrizes descritas no manual de utilização do software, para inclusão e análise subsequentes.

Dessa forma, a metodologia adotada foi planejada para assegurar a coerência e a validade dos dados, bem como a adequação das técnicas de análise empregadas. Com a aplicação de entrevistas semiestruturadas, o uso do *software Iramuteq* para análise textual e o enfoque qualitativo-exploratório, foi possível aprofundar a compreensão do fenômeno investigado, considerando as percepções dos participantes e a especificidade do contexto estudado. Com a organização proposta dos dados para análise, realizadas pelo *software Iramuteq*, utilizou-se da técnica de análise temática de conteúdo e suas etapas descritas por Minayo (1994) para organização das análises do conteúdo da fala das participantes da pesquisa.

Essa pesquisa segue os princípios, valores e orientações das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, conforme preconizado pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Foram respeitados todos os princípios éticos, incluindo confidencialidade, voluntariedade, direito de desistência e proteção à dignidade dos participantes.

3 BASE TEÓRICA

3.1 Educação Inclusiva, uma conquista que não permite retrocessos, e sim garantida de direitos

De acordo com Sampaio e Sampaio (2009), a Educação Inclusiva consolidou-se, desde os anos 1990, como um marco no campo dos direitos humanos, sendo amplamente reconhecida no cenário internacional e incorporada à legislação brasileira. Trata-se de uma concepção político-pedagógica que busca assegurar a escolarização de todos os estudantes em ambientes educacionais comuns, valorizando suas diferenças e características individuais. Nesse contexto, a escola transforma-se em um espaço de acolhimento e atendimento à diversidade, garantindo o direito à educação em condições de equidade (Sampaio; Sampaio, 2009).

A Educação Inclusiva tem como objetivo primordial a inserção e permanência de todos os indivíduos nas instituições de ensino, promovendo um ensino de qualidade que respeite as particularidades de cada aluno. Segundo Ropoli (2010), essa abordagem parte do princípio de que a escola deve ser um espaço democrático, no qual os alunos constroem conhecimentos conforme suas capacidades, participam ativamente das dinâmicas pedagógicas e desenvolvem-se como cidadãos plenos.

Sanches (2011) enfatiza que a Educação Inclusiva aborda a equidade em suas múltiplas dimensões — física, intelectual, étnica, cultural e religiosa —, ao explicitar direitos e deveres e ao buscar romper barreiras historicamente impostas pela sociedade. Segundo a autora, a escola inclusiva deve organizar-se para acolher a diversidade, adaptando currículos e práticas pedagógicas, de forma a atender às necessidades de todos os estudantes. Essa reestruturação requer não apenas mudanças institucionais, mas também a transformação das mentalidades e práticas dos agentes envolvidos no processo educativo (Sanches, 2011).

Apesar dos avanços, a Educação Inclusiva não pode limitar-se à celebração da diversidade, mas deve questionar e superar identidades normativas impostas pela sociedade. É crucial reconhecer que as diferenças refletem a multiplicidade humana. Enquanto a diversidade refere-se à coexistência de grupos e categorias sociais, como raça, gênero e orientação sexual, a multiplicidade engloba a complexidade das

experiências e identidades individuais (Brasil, 2010). Assim, a Educação Inclusiva deve valorizar essas singularidades como elementos fundamentais do processo educacional, promovendo uma educação que respeite as especificidades de cada indivíduo (Brasil, 2010).

Nesse sentido, a legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), reafirma o compromisso com a igualdade de condições para o acesso e permanência na educação. A lei também enfatiza a necessidade de eliminar barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas, garantindo um ambiente inclusivo e acessível para todos.

Por outro lado, as desigualdades educacionais permanecem como desafios estruturais. Segundo Versalhes (2023), estudantes em situação de vulnerabilidade enfrentam obstáculos significativos, como marginalização e dificuldades de acesso a recursos adequados, o que compromete seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. A Educação Inclusiva, nesse contexto, surge como uma estratégia essencial para enfrentar essas desigualdades, promovendo oportunidades igualitárias de aprendizagem e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A Educação Inclusiva transcende a mera adaptação escolar, configurando-se como um movimento transformador que busca ressignificar as práticas pedagógicas e os paradigmas sociais. Sob a ótica de Mittler (2003), a inclusão exige uma mudança estrutural no sistema educacional, que não se limita à inserção de alunos com necessidades específicas, mas visa promover uma cultura de respeito, colaboração e igualdade de oportunidades para todos. Essa perspectiva desafia os modelos tradicionais de ensino e aprendizagem, propondo uma escola que valorize a diversidade como fonte de enriquecimento mútuo.

Ao valorizar a diversidade e respeitar as múltiplas dimensões da experiência humana, a Educação Inclusiva contribui para a garantia de direitos, a redução de desigualdades e a construção de uma sociedade mais equitativa. Mittler (2003) enfatiza que a inclusão vai além de práticas pontuais, demandando políticas públicas eficazes, currículos flexíveis e a formação continuada dos profissionais da educação, elementos

essenciais para a superação das barreiras culturais e institucionais que ainda limitam seu alcance.

Todavia, para que seu potencial seja plenamente realizado, é necessário que as instituições educativas assumam um papel ativo na transformação social, promovendo a equidade não apenas como um objetivo, mas como um princípio ético que oriente todas as suas ações. Nesse sentido, a Educação Inclusiva consolida-se não apenas como um ideal, mas como uma prática indispensável no processo de democratização do ensino, reafirmando a escola como espaço de formação cidadã e de promoção da justiça social.

3.2 Educação Inclusiva no Brasil e a Formação Docente como pilar para a Equidade

Ao longo das últimas décadas, o debate sobre a garantia de uma educação que atinja a todos e fosse equitativa ganhou relevância em âmbito global. No Brasil, a discussão acerca dos direitos educacionais ganhou força na esfera legislativa, advindo da luta dos movimentos sociais, composto principalmente pelas famílias de pessoas atípicas, essas mobilizações auxiliaram na garantia do direito à educação pública (Neto et al., 2018). A Constituição Federal de 1988 é o principal marco jurídico que estabelece a educação como um direito de todos. No artigo 205, o documento além de garantir o ensino, responsabiliza a família e o Estado, em parceria com a sociedade, por assegurar a permanência dos estudantes as redes de ensino (Brasil, 1988). O artigo 208, inciso III, assegura o atendimento especializado às pessoas com necessidades educacionais específicas na rede regular de ensino (Brasil, 1988). Ambas as garantias discutidas na Constituição reforçam a necessidade de formar educadores preparados para lidar com a multiplicidade.

Em 1996, foi instituída a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)³, um dos pilares da educação brasileira que, em seu Art. 58, assegura a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas na rede regular de ensino (Brasil, 1996). Esse marco legal reflete princípios defendidos por autores como Mantoan (2003), que destaca a importância da inclusão como um movimento para garantir a

³ Lei nº 9.394

igualdade de oportunidades educacionais e sociais. A LDB/96 ainda, em seu artigo 59, no inciso III, assegura a especialização e capacitação de professores para atender adequadamente aos estudantes público da educação especial e promover a integração desses educandos nas classes comuns (Brasil, 1996).

O Decreto nº 3.298/1999 regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência. Dentre os aspectos abordados, esse Decreto assegura a necessidade de qualificação dos educadores para atender estudantes com necessidades educacionais específicas na educação básica. Além disso, o Decreto enfatiza a necessidade da oferta de formação continuada para os professores. Essas ações são orientadas a fim de garantir um atendimento educacional inclusivo e de qualidade, e tal iniciativa está alinhada às concepções de Vygotsky (1989), que enfatiza o papel do ambiente social e escolar no desenvolvimento humano, defendendo que a interação em contextos inclusivos promove aprendizado mútuo e contribui para a formação integral de todos os alunos.

A Resolução nº 2/2001, do Conselho Nacional de Educação, instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Inclusiva e estabeleceu a garantia da educação para todos os alunos com necessidades educacionais específicas, assegurando o acesso a serviços especializados e a um ensino de qualidade da educação infantil até o ensino médio (Brasil, 2001). Esse documento estabelece que os sistemas de ensino, em consonância com as orientações do Ministério Público para assegurar o direito à educação, devem efetivar a matrícula de todos os alunos. Cabe, então, às instituições escolares organizar-se para atender às necessidades educacionais específicas desses educandos, conforme o disposto no artigo 2º (Brasil, 2001). Além disso, a resolução contempla o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que deve ser oferecido de forma complementar ou suplementar ao processo de escolarização (Bueno et al., 2023).

Outro marco importante foi a Lei nº 10.436/2002 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão. Anos após, é regulamentado o Decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a lei anterior e estabelece a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015, consolida os direitos das pessoas com deficiência, dentre os quais está o direito a educação em todos os níveis educacionais. A LBI enfatiza também sobre a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas, com adaptações, e reforça acerca da formação de professores como um elemento importante para a implementação de uma educação que contemple a todos os estudantes.

A existência de leis que assegurem o acesso, a permanência e a qualidade educacional é um grande avanço no contexto do movimento de inclusão. No entanto, é importante destacar que esses direitos tornam-se efetivos apenas quando há uma mobilização e comprometimento por parte das instituições, família e sociedade como um todo. De acordo com Freire (1996), a educação inclusiva exige uma prática que transforme e perpassa a formalidade normativa, requerendo um engajamento crítico de todos os indivíduos envolvidos no processo educativo. Isso implica a criação de estratégias pedagógicas, a formação inicial e continuada de professores e a conscientização da sociedade sobre a importância de um ambiente educacional que valorize e potencialize a diversidade.

Sendo assim, embora as legislações sejam essenciais, é imprescindível que venham acompanhadas por ações concretas que garantam sua aplicabilidade no cotidiano escolar, promovendo a educação de forma efetiva e transformadora.

3.3 Não é possível postergar mais, formar professores para a docência inclusiva

Entre as transformações que precisam acontecer para a construção de um sistema educacional inclusivo a formação de professores desempenha um papel crucial no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas, visto que os docentes são agentes fundamentais na implementação de práticas educacionais inclusivas. No entanto, conforme Mantoan (2003), a inclusão não é responsabilidade exclusiva dos professores; mas um esforço coletivo que exige o envolvimento de toda a comunidade escolar e a colaboração com as famílias. A inclusão só se concretiza plenamente quando todos os agentes escolares trabalham juntos para criar um ambiente que valorize a diversidade (Mantoan, 2003).

Nesse contexto, as escolas devem desenvolver projetos político-pedagógicos e currículos flexíveis que contemplem diferentes possibilidades de aprendizagem, conforme Castro e Alves (2018). Essa articulação entre planejamento pedagógico e prática docente é essencial para promover uma educação equitativa e inclusiva, impactando diretamente a construção e o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes.

No entanto, pesquisas⁴ indicam que os cursos de licenciatura ainda carecem de conteúdos adequados sobre inclusão, o que deixa muitos professores inseguros quanto à sua atuação com alunos público-alvo da educação especial nas escolas comuns regulares. Essa lacuna, segundo Gatti (2010, apud Castro; Alves, 2018), exige uma reestruturação das instituições formativas e de seus currículos, com foco na função social da escolarização e não apenas em disciplinas teóricas.

Por fim, a formação docente deve preparar o professor para atuar com segurança em contextos diversos, integrando conhecimento teórico, experiência prática e investigação científica conduzida de forma rigorosa e metodológica (Fonseca, 1995 apud Castro; Alves, 2018). Esse processo formativo, alinhado às concepções freirianas, reforça a indissociabilidade entre reflexão e ação, essenciais para o educador comprometido com a inclusão e a diversidade.

⁴ Pesquisadores como Pedrosa, Campus e Duarte (2013); Dias e Silva (2020) e Tavares, Santos e Freitas (2016) produziram pesquisas acerca da formação docente e Educação Inclusiva. Os autores abordaram sobre os impactos que ausência de conteúdo ou disciplinas sobre essa temática causam na formação de professores.

4 (IN)FORMAR PEDAGOGOS NO CURSO DE PEDAGOGIA DO DEDC I DA UNEB PARA DOCÊNCIA INCLUSIVA

4.1 Contextualizando o Curso de Licenciatura em Pedagogia do DEDC I, da UNEB

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) foi instituído em 1988, em um contexto marcado por mudanças e reflexões acerca da formação em Pedagogia em âmbito nacional. Desde então, o Curso tem passado por diversas atualizações, baseando-se nas demandas para a formação do pedagogo, da escola e da educação, bem como nas legislações federais e estaduais, com o objetivo de aprimorar seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e contribuir de forma significativa para a formação dos pedagogos e pedagogas (UNEB, 2020).

O PPP do curso reafirma o compromisso em contribuir para a formação integral e proporcionar uma qualificação profissional de excelência. Ele tem como objetivo integrar a teoria-prática, com abordagem ética e reflexiva, baseada em princípios como “autonomia, protagonismo, flexibilização, contextualização, diversidade e inclusão” (UNEB, 2020).

Entre as competências e habilidades a serem desenvolvidas ao longo do Curso, o Projeto Político destaca a capacidade de atuação junto a pessoas com necessidades educacionais específicas. De acordo com o documento:

"[...] o Curso de Licenciatura em Pedagogia busca propiciar o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades: [...] capacidade para atuar com pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em diferentes níveis da organização escolar, de modo a assegurar seus direitos de cidadania" (UNEB, 2020, p. 19).

Além disso, o documento afirma que o perfil do egresso do Curso de Pedagogia, com ênfase em educação especial e inclusiva, visa à formação de profissionais capazes de atuar de forma ética e comprometida, auxiliando na construção de uma sociedade justa e igualitária. Os pedagogos e pedagogas deverão ser aptos a atuar em ambientes escolares e não escolares, contribuindo para a aprendizagem de indivíduos em diferentes fases e modalidades do processo educativo, com atenção especial à diversidade (UNEB, 2020).

4.2 Os professores especialistas que atuam no curso, aproximando a lupa de informantes chaves

A entrevista foi composta por cinco perguntas direcionadas à proposta pedagógica do Curso e à formação dos egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UNEB, vinculado ao Departamento de Educação do Campus I (DEDC I) face ao desafio da Docência em uma perspectiva inclusiva nas Escolas de Educação Básica. Foram entrevistadas três professoras atuantes na área de inclusão.

A primeira professora entrevistada, identificada nesta pesquisa como Docente 1, possui 55 anos. É mestre em Educação Especial e doutora em Educação e Contemporaneidade. Com 26 anos de experiência no Ensino Superior, dedica-se há 25 anos à área de Educação Inclusiva. Além de ministrar aulas em cursos de Mestrado e Doutorado na área de Educação e Contemporaneidade, desenvolve projetos de pesquisa voltados para a inclusão e já realizou investigações sobre a formação de professores e educação inclusiva.

A segunda professora entrevistada, identificada nesta pesquisa como Docente 2, possui 53 anos. É mestre em Saúde Coletiva e doutora em Educação. Com 23 anos de atuação no Ensino Superior e dedica-se há 24 anos à área de Educação Inclusiva.

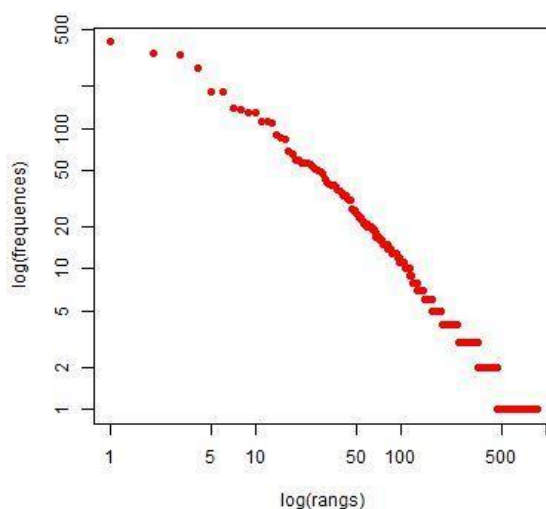
A terceira professora entrevistada, identificada nesta pesquisa como Docente 3, possui 44 anos. Mestre e doutora em Educação. Possui 17 anos de experiência no Ensino Superior, sendo 12 anos de atuação na UNEB, dedica-se há 20 anos à área de Educação Inclusiva. Além de professora do Curso de Pedagogia, atua/atou na formação de professores dos cursos de Ciências Sociais, Licenciatura em Química e Licenciatura em História. No período da graduação atuou em uma pesquisa, que dentro da temática, possuía uma parte do projeto voltado para a formação de professores e educação.

4.3 Organizando dados, construindo análises com o apoio do *Software Iramuteq*

As entrevistas foram realizadas nas modalidades presencial e remota, sendo integralmente gravadas e depois transcritas. Em seguida, os dados foram organizados e formatados para análise por meio do *software Iramuteq*. Para análise dos conteúdos textuais utilizou-se as técnicas de base de dados estatísticas textuais, nuvem de palavras e análise hierárquica descendente.

O corpus geral analisado foi composto por três textos provenientes de entrevistas, totalizando 6.899 ocorrências, ou seja, o número total de palavras presentes no conjunto. Dentre essas, o software identificou 837 formas distintas, das quais 406 correspondem a *hapax legomena* (palavras que aparecem apenas uma vez no corpus). Esses *hapax* representam 5,78% das ocorrências e 46,39% das formas distintas. A média de ocorrências por texto foi calculada em 2229.67 palavras. Na Figura 01, observa-se o Diagrama de Zipf que demonstra os resultados apresentados acima, o diagrama utiliza a escala logarítmica para a identificar a relação que ocorre entre a frequência de palavras (eixo Y) e a frequência de formas (eixo X).

Figura 01 – Diagrama de Zipf das entrevistas

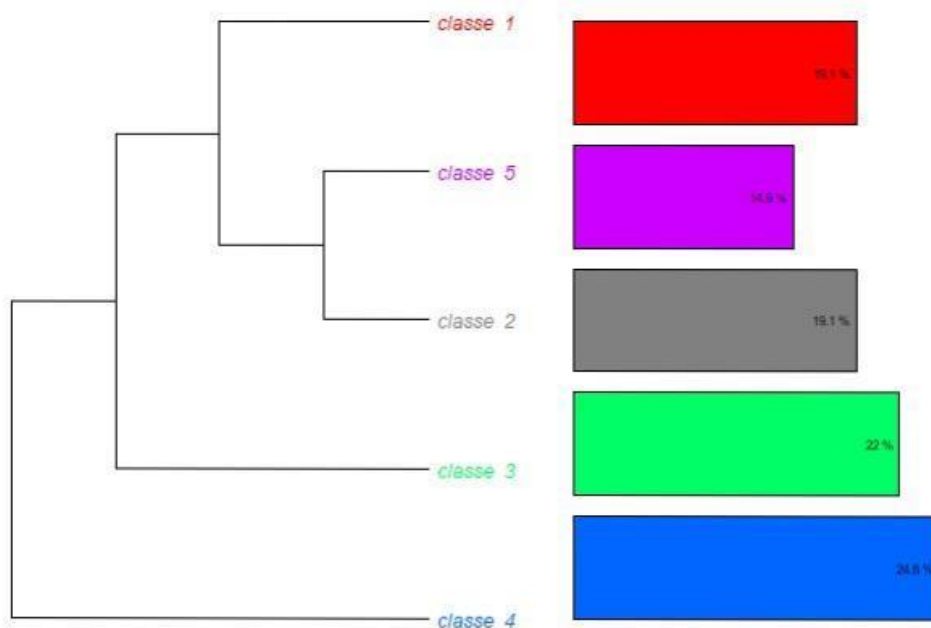


Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A nuvem de palavras apresentada na Figura 02 foi gerada com base nas respostas das professoras entrevistadas. Nota-se que as palavras mais presentes são: “precisar”, “curso”, “professor”, “educação”, “aluno”, “deficiência”, “inclusivo”. Isso sugere que, durante as entrevistas, houve um enfoque em questões relacionadas à educação inclusiva e à formação de professor, conforme os objetivos iniciais desta pesquisa.

Figura 02 – Nuvem de palavras das entrevistas

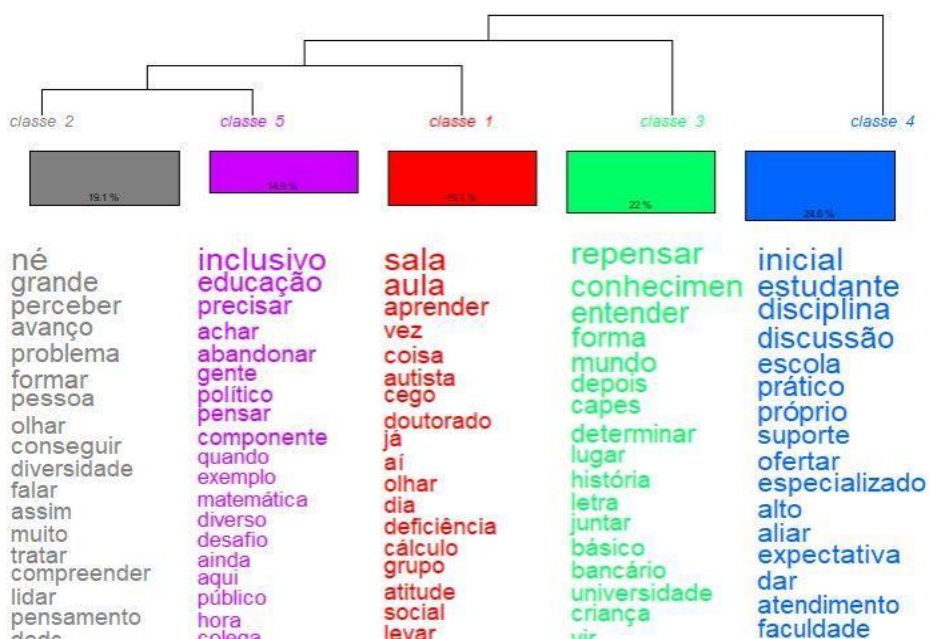
Figura 03 – Análise Hierárquica Descendente



Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Além disso, a AHD também apresentou nos dados mais detalhamento acerca das Classes, como mostra a Figura 04.

Figura 04 – Análise Hierárquica Descendente com palavras



Fonte: Dados da pesquisa, 2024

A Classe 1 será denominada com base em sua relação com o curso, destacando-se pela frequência das palavras “sala”, “aula” e “aprender”. Ao correlacionar essas informações, observa-se um enfoque claro nas questões relacionadas aos processos de aprendizagem que ocorrem no ambiente da sala de aula, evidenciando a sua relevância como espaço central de construção do conhecimento.

A Classe 2 apresenta relação com os avanços e desafios enfrentados no curso. As palavras que se destacaram frequentemente foram “grande”, “perceber”, “avanço”, “problema”, “formar” e “pessoa”. Esses termos refletem a dualidade do processo formativo, no qual os avanços alcançados são reconhecidos, mas os problemas e desafios existentes exigem atenção contínua e estratégias para superação.

Na Classe 3, evidencia-se a relação com as análises realizadas pelas entrevistadas, destacando-se as palavras “repensar”, “conhecimento”, “entender”, “forma” e “mundo”. Com base nessas informações, percebe-se uma preocupação em repensar práticas pedagógicas, com foco em formas de ensino que promovam uma maior articulação entre o conhecimento e o entendimento, possibilitando uma educação mais reflexiva e alinhada às demandas contemporâneas.

A Classe 4 aborda questões relativas à formação inicial, sendo suas palavras mais frequentes “inicial”, “estudantes”, “disciplinas”, “discussão”, “escola” e “prático”. Essa classe evidencia a importância da articulação entre teoria e prática, sugerindo que as discussões acadêmicas devem estar contextualizadas com a realidade escolar, aproximando os futuros pedagogos e pedagogas das práticas pedagógicas que vivenciarão no exercício profissional.

Por fim, a Classe 5, com enfoque no Curso e na educação inclusiva, teve como palavras mais frequentes “inclusivo”, “educação”, “precisar”, “achar”, “abandonar”, “gente”, “pensar” e “componente”. Esses termos refletem uma preocupação significativa com a promoção de uma educação inclusiva e acessível, destacando a necessidade de ações que garantam a inclusão efetiva de todos os estudantes, independentemente de suas condições ou necessidades.

O agrupamento dessas classes permite uma análise detalhada estruturada das principais temáticas emergentes, contribuindo para a compreensão mais ampla dos aspectos formativos e desafios inerentes ao curso analisado.

4.4 Os desafios e as possibilidades para formação docente numa perspectiva inclusiva no curso de Pedagogia do DEDC I: ótica das entrevistadas

As entrevistas realizadas possibilitaram uma análise mais detalhada sobre a formação dos estudantes do Curso de Pedagogia do DEDC I. Para isso, foram elaboradas cinco (05) perguntas que abordaram as expectativas, mudanças, avanços e desafios enfrentados no percurso formativo. Sob a perspectiva das professoras entrevistadas, ficou evidente a necessidade de um olhar mais atento à Licenciatura em Pedagogia do DEDC I e ao processo formativo dos egressos, apontando aspectos que podem ser aprimorados para melhor atender às demandas da formação pedagógica.

Um ponto unânime entre as entrevistadas foi a avaliação da base formativa do Curso. Embora reconheçam que o Curso oferece uma estrutura central adequada, destacaram a necessidade de repensar os conteúdos abordados nos componentes curriculares. Nesse contexto, ressaltou-se a dificuldade de integrar ao curso temáticas que promovam a educação inclusiva de maneira transversal. Atualmente, esses conteúdos estão concentrados em disciplinas específicas, como Educação Inclusiva e Libras, o que limita uma abordagem mais ampla e interdisciplinar.

Conforme a Docente 2: “... As experiências pautadas no Curso de Pedagogia são muito boas e conseguem, sim, dar essa base. E aí, uma outra coisa: não é só um componente que tem que falar desse assunto, que é o que acaba acontecendo. Todos os componentes precisam falar... Precisa que a Universidade repense o Curso de Pedagogia todo, coloque essa responsabilidade para todos os componentes, ou pelo menos para uma grande maioria deles. Isso não é um assunto de uma disciplina... O curso sozinho dá uma base? Dá. Mas a gente precisa repensar toda a educação.”

A limitação de conteúdos sobre educação especial e inclusiva impacta na formação de professores e, conseqüentemente, na atuação em sala de aula. A atuação

dos pedagogos influencia no desenvolvimento do aluno, tanto de maneira positiva quanto negativa. Conforme uma pesquisa produzida por Tavares, Santos e Freitas (2016), essa insuficiência pode contribuir para o mau desempenho dos estudantes no ambiente escolar.

Para Mantoan (2003), é indispensável que os ambientes escolares adotem práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, ofertando alternativas que contemplem a diversidade, com recursos e equipamentos que atendam às necessidades dos alunos. Sendo assim, é preciso pensar em como trabalhar as diversas temáticas com os estudantes com necessidades educacionais específicas, garantindo que eles tenham acesso a um ensino que auxilie no seu desenvolvimento e amplie seus aprendizados.

Isso está em consonância com a fala da Docente 2. Para ela, é importante pensar em como trabalhar a diversidade em diferentes disciplinas da Educação Básica. Segundo ela: “Se eu for trabalhar com artes, como é trabalhar com artes com uma pessoa com deficiência? Se eu vou trabalhar com o letramento ou com alfabetização, como é trabalhar alfabetização? Então, este professor é o responsável por pensar as metodologias de atuar com as muitas diversidades.”

Além disso, duas professoras chamaram a atenção para um aspecto crucial: a formação dos formadores. Foi enfatizada a importância de qualificar os docentes que atuam na Universidade, ampliando suas compreensões sobre diversidade e inclusão. A inclusão, segundo as entrevistadas, deve ser percebida como uma responsabilidade coletiva, demandando esforços conjuntos para incorporar essa temática de forma mais consistente no Curso. A Docente 1 diz: “... Então, assim, a gente precisa formar os formadores. Eu acho que, para mim, um dos desafios é a gente trabalhar a formação dos nossos formadores.” A Docente 2 também confirma isso ao dizer: “Eu vejo assim: ainda temos muitos desafios, e o principal deles é fazer a formação dos nossos professores do Curso de Pedagogia. Mais do que formar os nossos alunos para que essa realidade lá na base mude, é fazer a formação dos nossos professores.”

A fala dessas professoras coincide com as concepções defendidas por Paulo Freire durante sua trajetória, principalmente sobre formar educadores para a prática educativa comprometida com a transformação social.

Outro desafio apontado refere-se à estrutura, pois a UNEB, assim como algumas universidades de ensino superior, possui uma carga horária extensa, principalmente no período noturno, que não atende a todos, especialmente estudantes de bairros periféricos, mães solo e trabalhadores, que muitas vezes têm demandas que vão além da universidade. Esses alunos possuem dificuldades para participar plenamente de todas as atividades acadêmicas, como grupos de pesquisa ou extensão, especialmente aqueles voltados para educação especial e inclusiva. Isso impede que os estudantes ampliem sua formação.

Do ponto de vista da Docente 3, é necessário redefinir o modelo educacional e a estrutura universitária para contemplar a realidade desses estudantes, garantindo condições adequadas para a formação e pesquisa. Isso possibilitaria que a temática da educação inclusiva alcançasse mais pessoas, ampliando a formação dos estudantes. Segundo ela: “A universidade é pensada para o aluno que acaba de sair do ensino médio e não para o aluno trabalhador, para o aluno trabalhador que tem filho, para o aluno trabalhador que tem filho e mora na periferia, que precisa sair da faculdade às 8:50h, porque, senão, não entra na sua comunidade com segurança. É de uma carga horária, principalmente para os alunos da noite, que não consegue se concretizar pontualmente em virtude do deslocamento desse estudante e das suas condições de vida.”

A Docente 3 reafirma que: “O Curso de Pedagogia é eminentemente feminino, de mulheres, de mulheres mães, mães solas, de mulheres que moram em comunidades afastadas do centro da cidade. Então, é pensar em políticas públicas afirmativas, em novas perspectivas do Curso, que necessariamente não seja só com disciplina, mas que os alunos possam vivenciar a pesquisa mesmo estudando à noite.”

A carga horária dos componentes de Educação Especial e Inclusiva e Libras também foi motivo de debate, sendo apontada como insuficiente para preparar os egressos para atuar com estudantes do público-alvo da educação especial e inclusiva. Atualmente, conforme o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia, esses

componentes possuem a carga horária de 60 horas, sendo que a disciplina de Educação Especial e Inclusiva divide-se em 45 horas teóricas e 15 horas práticas (UNEB, 2020).

As possibilidades destacadas nas entrevistas focam na atitude e acolhimento, integração entre teoria e prática, políticas e legislações como avanços, e transformação cultural e institucional. Conforme as professoras, essas medidas auxiliariam ainda mais na formação dos discentes do curso.

No que se refere à atitude e acolhimento, as professoras afirmam que é preciso incentivar nos futuros educadores uma postura de acolhimento, para que eles saiam da universidade compreendendo a diversidade como algo característico do ser humano. Devem adotar práticas pedagógicas que valorizem os aprendizados e a diferença. A Docente 1 tem expectativas de que os estudantes do Curso de Pedagogia saiam da UNEB preparados para atuarem com o público-alvo da educação especial. Segundo ela: “... Minha expectativa é que esses alunos, ao chegarem numa sala de aula, seja em qualquer sala de aula, que a presença do estudante com deficiência não cause desconforto, que eles vejam que isso faz parte da diversidade humana que nos constitui e, ao mesmo tempo, também que eles busquem acolher e busquem entender que, independente da diversidade, todos podem aprender.”

Sendo assim, é importante também que os professores compreendam que todos os indivíduos aprendem, mas é necessário organizar situações que garantam esses aprendizados (Brasil, 2005).

A integração entre teoria e prática também foi abordada. O uso de metodologias que aliem formação teórica com a prática na universidade proporciona experiências que irão auxiliar na atuação em sala de aula. Isso é defendido por Paulo Freire, para quem a relação entre teoria e prática é indissociável, pois ambas se completam. O autor denomina isso como práxis, uma ação reflexiva e transformadora do ser humano no mundo. Conforme ele: “Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Por isso, dizer a palavra verdadeira é transformar o mundo” (Freire, 1970).

Por fim, destacou-se a importância de repensar o Curso com o intuito de incorporar a diversidade como um acréscimo no princípio formativo. A Docente 2 relata: “A pista é repensar o Curso e a Universidade. O Curso é um pequeno detalhe

dentro da UNEB, importantíssimo, mas a gente precisa pensar como um todo.” Esse pensamento converge com Mantoan (2003), que afirma: “Todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças.”

A formação inicial possui um papel fundamental para a atuação dos professores; porém, é importante atentar-se à formação continuada. A ampliação dessa formação possibilita aos professores tornarem-se aptos a lidar com as necessidades e especificidades de cada estudante, de modo que o ambiente escolar se transforme em um local inclusivo e supere o caráter educacional transmissivo, meritocrático, homogeneizante e excludente (Brasil, 2005).

Os pontos abordados nas entrevistas refletem a necessidade de ampliar a formação, para que os professores auxiliem na construção de uma base ética, reflexiva e prática, permitindo que eles enfrentem os desafios da inclusão de maneira efetiva e transformadora.

5 A GUIA DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou destacar a importância da formação inicial, na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva, dos egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Educação, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia.

A pesquisa identificou os avanços, desafios e possibilidades que permeiam o processo formativo desses estudantes. A análise evidenciou que, embora o Curso apresente uma boa base formativa inicial, há lacunas relacionadas à transversalidade de conteúdos sobre inclusão e à formação prática. A limitação na carga horária das disciplinas de Libras e Educação Especial e Inclusiva, aliada à discussão dessas temáticas em outras disciplinas, bem como a formação continuada dos próprios formadores, são desafios que demandam atenção e precisam ser superados.

Além disso, as entrevistas com as professoras especialistas identificaram a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam acolhimento e respeito às diferenças. É importante a articulação entre teoria e prática, somada à ampliação da formação continuada e ao desenvolvimento de currículos mais inclusivos. Essas medidas são essenciais para preparar os egressos para uma atuação ética e transformadora.

Sendo assim, este estudo busca contribuir para a discussão sobre a formação docente na perspectiva inclusiva, oferecendo subsídios para debates, reflexões e ações futuras na esfera educacional. Estimula também a reflexão sobre o Curso de Pedagogia e a universidade como um todo, para incorporar a diversidade como princípio formativo.

Apesar do enfoque na formação inicial, esta pesquisa busca reforçar a importância do compromisso contínuo com a educação inclusiva, um compromisso assumido também pelas instituições de ensino, educadores, famílias, Estado e sociedade.

Espera-se que os resultados aqui apresentados inspirem mudanças significativas na formação dos pedagogos, principalmente na Universidade do Estado da Bahia, e

contribuam para consolidar práticas educativas igualitárias e justas, conforme assegurado na legislação brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensaios Pedagógicos: Construindo Escolas Inclusivas**. Brasília. MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e o artigo 18 da Lei nº 10.098/2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BUENO, J. J.; BUENO, S.; PORTILHO, E. M. L. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023038, 2023.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: **Um software gratuito para análise de dados textuais**. Revista Políticas de Psicologia Social, v. 21, n. 2, p. 543-555, 2013.

COSTA, X. et al. Educação inclusiva: breve contexto histórico das mudanças de paradigmas. Revista Semana Acadêmica, 2016.

CASTRO, Paula Almeida de; ALVES, Cleidiane de Oliveira Sousa. Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ), v. 7, n. 6, dez. 2018.

DIAS, Viviane Borges; SILVA, Luciene Maria da. Educação inclusiva e formação de professores: o que revelam os currículos dos cursos de licenciatura? Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 406-429, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2013, seção 1, p. 59.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: Contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

NETO, X. et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. Revista Educação Especial, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar. 2018.

PEDROSO, Cristina; CAMPUS, Juliane A.; DUARTE, Márcia. Formação de professores e educação inclusiva: análise das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura. Educação Unisinos, v. 17, n. 1, p. 40-47, jan./abr. 2013.

ROPOLI, E. A. et al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANCHES, Isabel. Do “aprender para fazer” ao “aprender fazendo”: as práticas de educação inclusiva na escola. 19. ed. Lisboa: Revista Lusófona de Educação, 2011.

SAMPAIO, C. T.; SAMPAIO, S. M. R. Educação inclusiva: o professor mediando para a vida. Salvador: EDUFBA, 2009.

TAVARES, Lídia M.; SANTOS, Larissa; FREITAS, Maria. A educação inclusiva: um estudo sobre a formação docente. Revista Brasileira da Educação Especial, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, out./dez. 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia.** 2020. Projeto Político Pedagógico. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.

VERSALHES, Ana Carla. Educação inclusiva: estratégias para atender às necessidades de todos os alunos (Educação inovadora: estratégias, desafios e soluções na pedagogia). Socratica, 2023.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989

APÊNDICE 1 – FICHA DE REGISTRO**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPUS I

COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Dados de identificação:

Nome: _____

Sexo: _____

Idade: _____

Telefone: _____

Email: _____

Formação Acadêmica

Qual sua área de formação inicial: _____

Mestrado – Sim () Não ()

• Área: _____

• Título da dissertação e tese:

Doutorado – Sim () Não ()

• Área: _____

• Título da dissertação e tese:

Tempo de atuação no Ensino Superior: _____

Tempo de atuação na área da Educação Inclusiva: _____

Cursos que ministram aulas de formação de professores além de Pedagogia:

Tem projeto de pesquisa e/ou extensão na área da Educação Inclusiva

Sim () Não ()

Já realizou pesquisa sobre formação de professores e educação inclusiva?

Sim () Não ()

Se sim, qual o tema? _____

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPUS I

COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Considerando o desafio que é garantir não só presença, mas participação e aprendizado aos estudantes público alvo da educação especial na escola comum regular organizamos um roteiro para nossa entrevista.

1. Professora/professor, qual é a sua expectativa em relação a atuação das(os) egressos do Curso de Pedagogia do DEDC I para atuar com os estudantes público alvo da Educação Especial na escola comum regular?
2. Na sua opinião, às experiências organizadas no currículo do curso de Pedagogia do DEDC I reúnem os requisitos necessários para que os egressos desenvolvam os saberes iniciais para sua atuação nesta perspectiva da educação inclusiva?
3. Quais avanços e quais desafios você destaca em relação ao Curso de Pedagogia do DEDC I para a formação dos egressos deste Curso para atuar numa perspectiva inclusiva dos estudantes público alvo da educação especial, na escola comum regular?
4. Que pistas você apontaria como sendo caminhos necessários para o aprimoramento da proposta pedagógica do curso (Pedagogia do DEDC I) e de sua matriz curricular que possam ajudar na formação inicial dos pedagogos(as) para a educação inclusiva?
5. O que você gostaria de acrescentar a está entrevista atinente a educação inclusiva, ao trabalho dos professores/pedagogos e a formação que a UNEB oferece na graduação em Pedagogia?

ANEXO 1 – TERMO DE CONSCIENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO
CAMPUS I COLEGIADO DO CURSO DE
PEDAGOGIA****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Você está sendo convidada(o) como voluntária(o) a participar da pesquisa **“Desafios e possibilidades à formação de professores para escola e práticas pedagógicas inclusivas na educação básica; um estudo no curso de pedagogia da UNEB”**, realizada pela estudante Milena Santos da Silva sob a supervisão do pesquisador Prof. Dr. João Danilo Batista de Oliveira, com os quais poderá manter contato através dos endereços e telefones listados ao final deste termo. O que justifica a realização deste estudo é o benefício de esclarecer aos interessados a respeito dos esforços feitos pelos centros de formação de professores para preparar os egressos do curso de Pedagogia para atuar em prol da materialização de escolas inclusivas, que garantam a presença e o sucesso escolar dos estudantes público alvo da educação especial.

Os dados para esta pesquisa serão coletados através de entrevista semiestruturada, tendo um roteiro como base. O tempo de duração da entrevista será de, aproximadamente, 20 minutos, poderá ser feita presencialmente ou por intermediação tecnológica. O desconforto que você poderá sentir é falar de situações avessa aos anseios e expectativas da escola inclusiva. Caso isso ocorra, o pesquisador poderá interromper ou suspender a entrevista e ainda procurar apoio psicológico e social para apoio ao entrevistado junto ao serviço de saúde do Departamento.

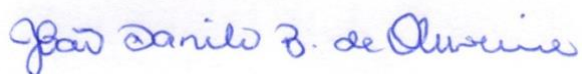
Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento sem penalidade ou prejuízo. Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo com garantia de confidencialidade, de privacidade e de anonimato. Os resultados da pesquisa serão divulgados para a comunidade acadêmica e científica, mas você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Ao participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira e será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Ao final do estudo você terá acesso aos resultados desta pesquisa. Caso sinta-se esclarecido e concorde em participar deste estudo, assine este documento em duas vias ou responda ao e-mail que acompanha este termo com os dizeres, “Concordo em participar da pesquisa”.

12 de novembro de 2024.

Assinatura ou impressão digital do participante

Estudante/pesquisadora responsável

A handwritten signature in blue ink that reads "João Danilo B. de Oliveira".

Assinatura do pesquisador supervisor

Dados do pesquisador supervisor: João Danilo Batista de Oliveira, CPF 97898791568;

matricula 71420746 - Telefone: (71) 999671736; Email jdboliveira@uneb.br.

Endereço profissional: Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I